

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO
CONCELHO DE CHAVES**

2024-2028

Ficha técnica:

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Chaves | 2024

Promotor

Câmara Municipal de Chaves

Realizado por

Equipa Radar Social

Unidade de Ação Social e Saúde

Divisão de Educação, Ação Social e Saúde

Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento	5
2.1. Âmbito Local.....	5
2.2. Âmbito Regional	6
2.3. Âmbito Nacional.....	7
3. Metodologia	15
4. Eixos de intervenção	17
5. Eixo 1 – Fortalecimento Social e Comunitário	25
6. Eixo 2 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social.....	33
7. Eixo 3 – Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas	44
8. Eixo 4 – Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social	54
9. Avaliação	74
10. Conclusão	75

1. Introdução

Para realizar o presente Plano de Desenvolvimento Social, foi imprescindível o retrato da situação social atual do concelho, através do Diagnóstico Social, o que possibilitou a elaboração de uma análise SWOT do concelho, onde foram efetivamente identificadas as várias forças, fragilidades, potencialidades e ameaças, que nos permitiram definir as prioridades de intervenção.

Podemos dizer que o Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de trabalho, onde estão definidos os objetivos prioritários, no sentido de promover o desenvolvimento social local, com vista à redução da pobreza e exclusão social, mas também atuar junto da população de forma preventiva com intuito de incitar à autonomização e à mudança, no sentido de promover melhores condições de vida à população do nosso concelho.

A definição do quadro estratégico do concelho, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar as relações de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

Como sempre, a realização de um diagnóstico, que serve de base ao planeamento estratégico da ação futura, depende amplamente da informação disponível e passível de recolha em tempo útil. Cumpre, assim, destacar o esforço de participação desenvolvido pelos interlocutores locais nos diferentes momentos do processo de auscultação e a sua disponibilidade para recolherem e cederem dados.

Dada a imprevisibilidade que marca a realidade atual de qualquer território, assume-se que a estratégia definida neste documento é de carácter indicativo e que merece o desenvolvimento de um processo de planeamento contínuo e suscetível de alterações ou melhorias ao longo do período de vigência do documento.

2. Enquadramento

O Plano de Desenvolvimento Social não tem por finalidade funcionar de forma isolada, agregando legislação e documentos de relevo a nível regional, nacional e internacional assegurando, desta forma, uma real complementaridade com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município. Foi, assim, realizado um enquadramento estratégico, para assegurar que vá de encontro às medidas políticas e estratégias de carácter social e de desenvolvimento territorial.

A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, preconiza o quadro de transferência de novas competências para as autarquias locais, com o objetivo de promover uma maior autonomia local e melhorar a prestação de serviços públicos aos cidadãos. Visando assim proporcionar maior proximidade entre os cidadãos e as decisões políticas e promover uma governança mais ágil e eficiente em nível local, com vista atender de forma mais adequada as necessidades e realidades específicas de cada município.

2.1. Âmbito Local

No que toca aos documentos de âmbito local, assegura-se a articulação com:

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves 2015**, instrumento de planeamento das políticas municipais, sendo as prioridades estratégicas as seguintes:
 - a) Promoção da qualificação dos cidadãos
 - b) Promoção do crescimento sustentado
 - c) Garantir a coesão social
 - d) Assegurar a qualificação do território e das áreas urbanas
 - e) Aumentar a eficiência da governação

De salientar que atualmente, o Município de Chaves encontra-se a elaborar o seu Plano Estratégico CHAVES20.30, um referencial que visa orientar a intervenção municipal para a próxima década, através da definição de plano de ação assente em projetos prioritários e estruturantes para o desenvolvimento do concelho.

- **A Estratégia de Habitação de Chaves 2021**, engloba várias modalidades de atuação, no horizonte temporal de seis anos, nomeadamente a reabilitação de 300 habitações existentes, a aquisição e reabilitação de 10 habitações no Centro Histórico, a reabilitação de 14 habitações em edifícios municipais, bem como a construção de uma nova habitação. Pretende-se promover soluções habitacionais que garantam às pessoas que vivem em condições indignas e sem capacidade financeira, o acesso a uma habitação condigna, no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Com base na atualização da Estratégia Local de Habitação (ELH), em 2024, foram definidas diversas medidas com o propósito social e político inequívoco de alargamento do âmbito dos beneficiários da política local de habitação, desde pessoas e agregados familiares que vivem em grave carência económica e habitacional, até aos agregados de rendimentos intermédios que, por diversos motivos, não estão em condições de aceder ao mercado habitacional.

2.2. Âmbito Regional

Relativamente aos documentos de âmbito regional, assegura-se a articulação com:

➤ **Estratégia Alto Tâmega 2030**, equacionada de forma a que se possa assumir como o suporte da Intervenção Integrada de Base Territorial à escala da NUTS III Alto Tâmega para o horizonte temporal de 2030, com as seguintes linhas de orientação estratégica:

- a) Alto Tâmega mais inteligente, pretende-se dar destaque às temáticas da inovação, digitalização, competitividade das empresas, competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo;
- b) Alto Tâmega mais verde, relacionada com as questões da transição energética, nas energias renováveis e na adaptação e mitigação das alterações climáticas.
- c) Alto Tâmega mais conectado, pretende desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à rede transeuropeia de transportes e à mobilidade transfronteiriça.
- d) Alto Tâmega mais social, pretende inverter as dinâmicas demográficas dos últimos anos, procurando atrair e fixar população para no território, criando condições para o aumento das suas qualificações e garantindo o acesso a bens e serviços de qualidade, com vista à melhoria da qualidade de vida na sub-região, tendo em particular atenção segmentos específicos, nomeadamente a população idosa e os jovens.
- e) Alto Tâmega mais próximo dos cidadãos, pretende-se colocar a sua forte identidade e o seu importante património natural e cultural (construído e imaterial) como elementos centrais do seu desenvolvimento económico e social, garantindo que a valorização destes recursos como elemento central da dinamização e diversificação da base económica e da atração e fixação de pessoas, recursos e investimentos.

➤ **O NORTE 2030 (Programa Regional do Norte 2021-2027)**, programa de desenvolvimento regional para a região do Norte de Portugal, que abrange os anos de 2021 a 2027.

O objetivo principal do NORTE 2030 é a melhoria do bem-estar material e imaterial da sua população, resultante de uma simbiose sustentável, diferenciadora e coesiva entre a gestão do território, a solidariedade social, a aposta no conhecimento e a competitividade da economia.

A implementação desta estratégia regional envolve cinco eixos ou objetivos estratégicos:

- a) Intensificação tecnológica da base produtiva;
- b) Valorização económica de ativos e recursos intensivos em território;
- c) Melhoria do posicionamento competitivo à escala global;
- d) Consolidação sustentável do seu sistema urbano policêntrico;
- e) Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo.
- f) Estes eixos articulam-se por três vetores ou objetivos transversais;
- g) Acréscimo de qualificações de todos os segmentos da população;
- h) Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade;
- i) Eficácia e eficiência do modelo de governação regional.

2.3. Âmbito Nacional

Por último, em relação aos documentos de âmbito nacional, assegura-se a articulação com:

➤ **Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância (2022 a 2030)**, documentos que reflete a estratégia definida para o combate à pobreza infantil, materializada numa estrutura que prioriza quatro pilares de atuação em áreas-chave, numa abordagem transversal e integrada:

Pilar I — Emprego, qualificações e competências;

Pilar II — Proteção social e ação social;

Pilar III — Serviços essenciais de qualidade;

Pilar IV — Inclusão de crianças e jovens especialmente vulneráveis

➤ **A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)**, é uma iniciativa que visa promover a formação integral dos alunos, desenvolvendo competências e valores que os preparem para uma cidadania ativa, crítica e responsável. A ENEC foi lançada em 2017 e tem como horizonte temporal o período de 2017 a 2027.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania tem como objetivo principal promover a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na sociedade, respeitando a diversidade, os direitos humanos, a

igualdade de género e a sustentabilidade ambiental. A estratégia abrange todo o sistema educativo português, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Alguns dos principais elementos abordados pela ENEC incluem:

- a) Estímulo à participação ativa dos alunos na vida da escola e na tomada de decisões, através da criação de espaços de diálogo, assembleias de alunos e projetos de cidadania participativa;
- b) Promoção da igualdade de género, combate à discriminação, preconceito e violência, promovendo a diversidade, o respeito e a inclusão;
- c) Desenvolvimento de competências e valores relacionados com os direitos humanos, democracia, justiça social e solidariedade, fomentando o respeito pela dignidade humana;
- d) Promoção da consciência e responsabilidade ambiental, abordando questões relacionadas com a sustentabilidade, alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, além de promover a cidadania global e a solidariedade internacional.

➤ **Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (2018 a 2030)**, documento que define as políticas e as ações prioritárias para promover a igualdade de género, a não discriminação e a diversidade. Coordenada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), assenta em quatro eixos assumidos como as grandes metas de ação global e estrutural até 2030:

- a) Integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios;
- b) Participação plena e igualitária na esfera pública e privada;
- c) Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro;
- d) Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e da violência doméstica.

➤ **Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC)**, integra a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), para o período de 2023-2026, com os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI+ e da discriminação em razão da OIEC;
- b) Garantir a transversalização das questões da OIEC;
- c) Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI+.

➤ **Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH)**, integra a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), para o período de 2023-2026, com os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações;
- b) Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género;
- c) Promover a IMH e não discriminação na investigação e desenvolvimento (I&D) e no mundo digital;
- d) Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho;
- e) Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e resposta ao desafio demográfico;
- f) Combater a pobreza e exclusão social e promover o acesso à saúde;
- g) Promover a IMH e não discriminação na cultura e na comunicação.

➤ **Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD)**, integra a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), para o período de 2023-2026, com os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, consciencializar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de igualdade e não discriminação;
- b) Apoiar e proteger, ampliar e consolidar a intervenção;
- c) Intervir junto de agressores, promovendo a responsabilização;
- d) Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;
- e) Investigar, monitorizar e avaliar as políticas pública;
- f) Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e Casamentos infantis, precoces e forçados.

➤ **O Plano Ação para as Migrações**, tem como objetivo principal garantir uma abordagem mais coerente e eficaz nas políticas de migração em Portugal, promovendo a igualdade, a inclusão social e a coesão entre os migrantes e a população portuguesa. As medidas incluem:

- a) Imigração regulada, revisão das regras de entrada, resolução de pendências e situações irregulares, assegurar o sistema informático de controlo de fronteiras, cumprir com humanismo os compromissos de Portugal, receção e retorno eficazes e humanos, fiscalização em território nacional;
- b) Atração de talento estrangeiro, captação de capital humano;

- c) Integração humanista que funciona, aprimorar o acolhimento, oferta do ensino da Língua Portuguesa, simplificação e promoção sobre as respostas dos serviços públicos, mobilização de recursos privados para financiar a integração;
- d) Reorganização Institucional, rever a arquitetura institucional das políticas migratórias, descentralização com o reforço do papel dos municípios e sociedade civil.

➤ **A Estratégia Nacional para a Inclusão da Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)**, pretende consolidar os progressos alcançados, bem como perspetivar o futuro, reforçando a inclusão das pessoas com deficiência. Assumindo-se como uma das áreas de referência da ação governativa, almeja uma sociedade mais coesa e solidária. A ENIPD orienta-se pelos princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade, equidade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas, e pelo respeito pela diferença e diversidade. Assenta nos seguintes oito eixos estratégicos:

- I. Cidadania, igualdade e não discriminação
- II. Promoção de um ambiente inclusivo
- III. Educação e qualificação
- IV. Trabalho, emprego e formação profissional
- V. Promoção da autonomia e vida independente
- VI. Medidas, serviços e apoios sociais
- VII. Cultura, desporto, turismo e lazer
- VIII. Conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento

➤ **Plano de Ação de Envelhecimento Ativo e Saudável (2023-2026)**, com o propósito de garantir as melhores condições para todos, visando maximizar a sua longevidade e qualidade de vida, sem deixar ninguém para trás e com foco nas pessoas. O presente Plano de Ação pretende, como fim último, a manutenção e a recuperação da autonomia e otimização da qualidade de vida, maximizando, em simultâneo, as oportunidades económicas e sociais criadas por uma sociedade em evolução.

O processo de envelhecimento ativo e saudável envolve a intervenção em múltiplas vertentes, tendo sido definidos seis pilares essenciais de atuação:

- I. Saúde e bem-estar;
- II. Autonomia e vida independente;
- III. Desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida;
- IV. Vida laboral saudável ao longo do ciclo de vida;
- V. Rendimentos e economia do envelhecimento;
- VI. Participação na sociedade.

➤ **O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030**, documento que define as principais necessidades e expectativas de saúde da população, estabelecendo como grandes desígnios:

- a) Redução das desigualdades;
- b) Promoção do desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis;
- c) Minimização de consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde;
- d) Redução de um modo integrado da carga das doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- e) Manutenção sob controlo dos problemas de saúde que se encontram em risco de aumentar, emergir ou reemergir.

Define as prioridades, metas e estratégias para o setor de saúde no país. O PNS tem uma visão de longo prazo e é atualizado periodicamente para se adequar às necessidades emergentes da população e aos desafios da área da saúde.

➤ **O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030 (PNRCAD)**, tem como intuito redefinir as políticas e os serviços de saúde. Perante os novos desafios que foram identificados nos últimos anos, revelou-se necessário ampliar a abordagem e as respostas ao âmbito de outros comportamentos aditivos e dependências (CAD), que não incluem apenas as substâncias psicoativas.

O plano constitui-se, assim, como uma inovação importante no domínio das políticas de saúde, adotando uma visão estratégica assente numa perspetiva global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de CAD. Enaltece a importância de criar um sistema integrado, baseado em serviços especializados, particularmente diferenciados, que regule as relações de complementaridade e de apoio técnico entre as diferentes entidades intervenientes envolvidas e a envolver na operacionalização do Plano.

Assim, o plano assenta em três pilares - Empoderar, Cuidar e Proteger - com o fim último de construir comunidades mais saudáveis, com menos problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas e a outros comportamentos com potencial aditivo; promover a capacidade de os cidadãos lidarem com os desafios que o quotidiano lhes coloca nos seus vários contextos de vida, de forma a terem uma experiência o mais próxima possível de realização e bem-estar; e, finalmente, uma comunidade saudável, que cuida de todos os cidadãos, facilitando o acesso e o incremento da qualidade das intervenções.

➤ **A Estratégia Portugal 2030**, consubstancia a visão do governo para a próxima década e é o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27 (Portugal 2030). A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030, são elas;

Agenda Temática 1 – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade. Coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento.

Agenda Temática 2 – Digitalização, inovação e qualificação como motores de desenvolvimento. Enfrenta os bloqueios das qualificações e da competitividade e transformação estrutural do tecido produtivo, respondendo também aos novos desafios tecnológicos e societários associados à transição digital e à indústria 4.0; às novas dinâmicas de crescimento setorial pós-COVID; à necessidade de contribuir para a autonomização e resiliência geoestratégica da União Europeia; e ao mesmo tempo garantir a capacitação e modernização do Estado para promover a resposta a estes desafios.

Agenda Temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos. Está focada na transição climática e na sustentabilidade e uso eficiente de recursos, promovendo a economia circular e respondendo ao desafio da transição energética e à resiliência do território.

Agenda Temática 4 – Um país competitivo externamente e coeso internamente. Focada na coesão territorial, visa promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território nacional e, em especial, contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões, em particular das regiões mais desfavorecidas, num contexto de promoção de transições ecológicas e digitais com forte incidência territorial e de superação dos impactos da pandemia e da crise económica nos territórios mais afetados, em particular nos mais desfavorecidos.

➤ **Agenda 2030**, para o Desenvolvimento Sustentável, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais ao nível da definição de planos de ação assentes em Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Estes, abrangem uma ampla gama de desafios globais e têm como objetivo promover um desenvolvimento sustentável, abordando questões sociais, económicas e ambientais de forma integrada, que se traduzem nos seguintes;

1. **Erradicação da Pobreza:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. **Fome Zero e Agricultura Sustentável:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

3. Saúde de Qualidade: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades.
4. Educação de Qualidade: Assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. Igualdade de Género: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Limpa e Saneamento: Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso a uma energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Económico: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Indústria, Inovação e Infraestruturas: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Sustentáveis: Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis.
13. Ação Climática: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias para os Objetivos: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

➤ **O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, é uma iniciativa do Governo que visa impulsionar a recuperação económica do país após os impactos da pandemia de COVID19. O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal foi elaborado em estreita colaboração com a Comissão Europeia e está estruturado em torno de três pilares principais: resiliência, transição climática e transição digital. O plano prevê um conjunto de reformas e investimentos em várias áreas, com o objetivo de impulsionar a competitividade, promover a sustentabilidade e fortalecer a coesão social. Alguns dos principais objetivos e áreas de intervenção do PRR em Portugal incluem:

- a)** Resiliência: redução das vulnerabilidades sociais no serviço nacional de saúde, habitação, respostas sociais e cultura, reforço do potencial produtivo na capitalização e inovação empresarial e nas qualificações e competências, território competitivo e coeso em relação às infraestruturas, florestas e gestão hídrica;
- b)** Transição Climática: descarbonização da indústria, bio economia sustentável, eficiência energética em edifícios, mobilidade sustentável, hidrogénio e renováveis, reforma do ecossistema de infraestruturas de suporte à economia azul;
- c)** Transição Digital: Capacitação digital das empresas, melhoria da qualidade e sustentabilidade das Finanças Públicas, justiça económica e ambiente de negócios, transição digital na educação, capacitação, digitalização e interoperabilidade na Administração Pública;

O Plano de Recuperação e Resiliência envolve um investimento significativo em Portugal, com uma alocação de fundos da União Europeia de cerca de 16 bilhões de euros. O objetivo é implementar projetos e medidas que contribuam para uma recuperação económica sustentável e fortaleçam a resiliência do país. Contribui para o empreendedorismo e à inovação, apoio às PME's, qualificação e requalificação profissional, promoção do emprego jovem, estímulo ao investimento privado e medidas de apoio às indústrias afetadas pela pandemia.

3. Metodologia

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde de Chaves foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

Este instrumento encontra-se inserido no processo de planeamento estratégico, pretendendo dar respostas às transformações que ocorrem, pelo que implica:

- a) Planear as ações de forma integrada e concertada;
- b) Delinear objetivos e estratégias, assegurando a participação ativa de todos os implicados sem qualquer discriminação;
- c) Desenhar o Plano de Desenvolvimento Social, tendo em conta a realidade da comunidade em causa, as oportunidades e as ameaças existentes e as que possam vir a surgir;
- d) Identificar as prioridades no sentido de promover a mudança.

Para a definição e escolha das ações que se apresentam nos respetivos eixos de intervenção, foram ainda consultadas diversas entidades do concelho com intervenção nas áreas em destaque nos referidos eixos, de forma a averiguar as estratégias e atividades que já desenvolvem e outras que pretendem desenvolver e/ou pelas quais se poderiam responsabilizar.

Assim, tendo por base o Diagnóstico Social e considerando as várias problemáticas identificadas no mesmo, foram definidos os seguintes quatro eixos de Intervenção:

Eixo 1 – Fortalecimento Social e Comunitário;

Eixo 2 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social;

Eixo 3 – Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas;

Eixo 4 – Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social.

Para operacionalização de cada um dos eixos definiram-se objetivos, metas, indicadores, responsáveis, parceiros e recursos, sendo que esta operacionalização servirá de base à elaboração do Plano de Ação.

Pretende-se, então, que este documento elaborado para 5 anos oriente a intervenção social no concelho, contribuindo para a promoção da inclusão social e erradicação da pobreza, sendo que, as ações previstas estão sujeitas a monitorização periódica, tendo em vista a recolha de informações do trabalho que se encontra a ser desenvolvido, possíveis lacunas, dificuldades e imperfeições, procurando sempre oportunidades de melhoria e aferir o impacto das mesmas.

4. Eixos de intervenção

Ao considerar os eixos de intervenção, reconhecemos a complexidade dos desafios sociais que enfrentamos e as oportunidades únicas para impulsionar o desenvolvimento social e alcançar a visão desejada. Compreender os aspetos multidimensionais desses desafios e estabelecer abordagens abrangentes é fundamental para garantir resultados duradouros e sustentáveis.

Neste contexto e resultante de todas as etapas de trabalho desenvolvidas anteriormente, o Plano de Desenvolvimento Social estrutura-se em torno dos seguintes eixos de intervenção:

➤ **Eixo 1 – Fortalecimento Social e Comunitário;**

O fortalecimento social e comunitário é uma estratégia que visa promover o desenvolvimento e a coesão de comunidades, através da participação ativa dos seus membros e do reforço das redes de apoio social. Esta abordagem procura criar condições para que as pessoas tenham mais capacidade de influenciar as suas próprias vidas e o ambiente que as rodeia, ao mesmo tempo que se fomenta um sentimento de pertença e solidariedade. Assim, podem-se destacar os seguintes principais objetivos do fortalecimento social e comunitário:

- a)** Desenvolvimento de Capital Social - Incentivar a criação de laços de confiança e cooperação entre os membros da comunidade, reforçando as relações interpessoais e o apoio mútuo.
- b)** Capacitação - Oferecer oportunidades de formação e desenvolvimento de competências, de modo a capacitar os indivíduos a tomar decisões mais informadas e a assumir um papel ativo na sociedade.
- c)** Participação Cívica - Estimular a participação dos cidadãos em iniciativas e decisões, que afetam o seu bairro ou cidade, reforçando a ideia de que a colaboração entre a comunidade e as instituições locais pode melhorar a qualidade de vida de todos.
- d)** Resiliência Comunitária - Preparar as comunidades para enfrentar desafios, como crises económicas ou ambientais, promovendo a capacidade de se adaptarem e de encontrar soluções coletivas.
- e)** Redução das Desigualdades - Combater a exclusão social e as desigualdades através da criação de redes de apoio e da melhoria do acesso a serviços públicos, oportunidades de emprego, educação e cuidados de saúde.

- f) Cultura e Identidade - Valorizar a identidade cultural e histórica da comunidade, reforçando o orgulho e o sentido de pertença.

Em suma, o fortalecimento social e comunitário pretende criar comunidades mais coesas, solidárias e capazes de responder coletivamente aos desafios sociais, económicos e ambientais que enfrentam. Esta abordagem procura também criar ambientes mais justos, onde todos os indivíduos tenham oportunidade de prosperar.

 Forças Fortalecimento da Coesão Social: Aumento do sentimento de pertença e da solidariedade entre membros da comunidade. Presença de Redes de Apoio Local: Organizações comunitárias fortes que oferecem apoio direto aos cidadãos. Participação Ativa da Comunidade: Envolvimento dos cidadãos em atividades de voluntariado e projetos comunitários.	 Fraquezas Recursos Limitados: Dependência de financiamento público e privado, muitas vezes insuficiente para cobrir as necessidades. Fragmentação da Ação Social: Falta de coordenação entre diferentes organizações sociais pode levar à duplicação de esforços. Baixa Participação de Grupos Específicos: Dificuldade em envolver jovens e outros grupos marginalizados em atividades comunitárias.
 Oportunidades Apoio de Fundos Europeus e Governamentais: Possibilidade de captar mais recursos através de projetos financiados. Crescimento da Sensibilização para Questões Sociais: Maior reconhecimento da importância do fortalecimento comunitário. Parcerias com Instituições Académicas: Desenvolvimento de programas e iniciativas com universidades para fomentar a inclusão social.	 Ameaças Desigualdade Social Crescente: Aumento da desigualdade económica e social que pode fragmentar as comunidades. Dependência de Financiamentos Voláteis: Instabilidade financeira que coloca em risco a sustentabilidade dos projetos sociais. Conflitos Culturais e Étnicos: Possibilidade de tensões entre grupos com diferentes origens culturais ou sociais.

➤ **Eixo 2 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social;**

O conceito de "Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social" refere-se à relação entre o espírito empreendedor e o impacto que ele tem no crescimento económico e no bem-estar social de uma comunidade ou de um país. A ideia principal é que o empreendedorismo não se limita à criação de empresas para gerar lucro, mas também que desempenhe um papel fundamental na promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, gerando empregos, promovendo a inovação, aumentando a competitividade e desta forma contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

Neste sentido, os principais objetivos deste eixo são:

- a) Geração de Emprego** - O empreendedorismo cria novas empresas, que por sua vez criam empregos e oportunidades de trabalho. Este aumento de oportunidades laborais ajuda a reduzir o desemprego, tanto em áreas urbanas quanto rurais, e promove uma distribuição mais equitativa da riqueza.
- b) Inovação e Competitividade** - Os empreendedores frequentemente trazem ao mercado novas ideias, tecnologias ou soluções para problemas. Esta inovação aumenta a competitividade das economias locais e nacionais, gerando valor económico, melhorando a produtividade e incentivando a diversificação das atividades económicas.
- c) Redução da Pobreza** - A criação de empregos e a dinamização da economia local ajudam a aumentar os rendimentos das famílias e, assim, contribuem para a redução da pobreza. Quando o empreendedorismo se centra em setores de impacto social, como a saúde ou a educação, pode também melhorar o acesso a serviços essenciais, promovendo a inclusão social.
- d) Desenvolvimento de Infraestruturas** - Com o crescimento de novas empresas e setores, há uma maior necessidade de desenvolvimento de infraestruturas, como transportes, comunicações e energia, estimulando o crescimento económico ao longo de diferentes cadeias de valor.
- e) Sustentabilidade e Responsabilidade Social** - Um foco crescente no empreendedorismo sustentável procura equilibrar os lucros com práticas, que respeitam o meio ambiente e promovem a justiça social. Assim, o empreendedorismo também pode ser um catalisador para práticas de negócios mais responsáveis e para o desenvolvimento sustentável.
- f) Empoderamento de Grupos Vulneráveis** - O empreendedorismo pode ser uma ferramenta poderosa para promover o empoderamento económico de mulheres, jovens e minorias. Estes grupos podem encontrar no empreendedorismo uma forma de superar barreiras sociais e económicas, gerando impacto positivo nas suas comunidades.

Conclui-se assim que o Eixo Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social pretende integrar a iniciativa empresarial com objetivos de crescimento económico e melhoria das condições de vida das populações, através de uma visão estratégica, a fim de alcançar um desenvolvimento mais equilibrado, que beneficie toda a sociedade.

 Forças Crescente Cultura Empreendedora: Aumento do espírito empreendedor, especialmente entre os jovens. Infraestruturas de Apoio ao Empreendedorismo: Existência de incubadoras, aceleradoras e programas de apoio ao empreendedorismo. Diversificação Económica: Promoção de novos setores, como tecnologia, turismo sustentável, e economia criativa.	 Fraquezas Barreiras Burocráticas: Processos administrativos complexos dificultam a criação e expansão de negócios. Acesso Limitado ao Financiamento: Dificuldade de acesso a capital para novos negócios, especialmente em áreas mais desfavorecidas. Falta de Competências Técnicas e de Gestão: Deficiências na formação em áreas-chave para o sucesso empresarial.
 Oportunidades Crescimento do Comércio Digital e Economia Verde: Expansão de mercados digitais e oportunidades na área da sustentabilidade. Programas de Formação e Capacitação: Aumento da oferta de formação para empreendedores e profissionais em áreas estratégicas. Apoio de Investidores Internacionais: Interesse crescente de investidores estrangeiros em start-ups e projetos inovadores locais.	 Ameaças Incerteza Económica Global: Crises económicas internacionais que afetam o investimento e a confiança dos consumidores. Concorrência Elevada: Competição intensa de mercados internacionais e dificuldade em posicionar produtos locais. Desigualdade de Oportunidades: Falta de acesso igualitário a recursos e apoio pode acentuar as desigualdades existentes.

➤ **Eixo 3 – Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas;**

A Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas trata-se de uma abordagem estratégica utilizada para fortalecer laços e alianças entre as entidades, tanto a nível local como nacional. O objetivo principal é fomentar o trabalho conjunto e criar sinergias que tragam benefícios mútuos e de longo prazo, em vários setores, incluindo economia, ciência, tecnologia, educação e cultura.

Neste contexto, ao promover a cooperação e parcerias estratégicas, pretende-se o seguinte:

- a)** Troca de Conhecimentos e Tecnologia - Através da colaboração, as partes envolvidas podem partilhar conhecimentos técnicos, inovações e boas práticas, promovendo o progresso em áreas específicas.
- b)** Crescimento Económico - Parcerias entre entidades ou empresas podem abrir novos mercados, criar oportunidades de investimento e melhorar o fluxo de comércio.
- c)** Resolução de Problemas Globais - Questões como as alterações climáticas, a saúde pública e a segurança requerem uma abordagem colaborativa. Parcerias estratégicas ajudam a coordenar esforços para lidar com estes desafios de forma mais eficaz.
- d)** Aumento da Competitividade - Colaborações estratégicas permitem que organizações acedam a recursos e capacidades, que não obtinham de forma isolada, o que pode aumentar a sua competitividade global.

Em síntese, o eixo da Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas procura, essencialmente, estabelecer redes de colaboração que permitam às partes envolvidas enfrentar desafios comuns, potenciar os seus pontos fortes e atingir objetivos mais amplos e de longo prazo.

 Forças Rede Sólida de Parceiros Locais e Internacionais: Fortes relações entre entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Histórico de Cooperação em Projetos de Sucesso: Experiências passadas bem-sucedidas em projetos colaborativos. Capacidade de Mobilização de Recursos Conjuntos: Partilha de recursos e know-how entre parceiros estratégicos.	 Fraquezas Dificuldade em Gerir Parcerias Complexas: Falta de estruturas de governança adequadas para gerir parcerias multissetoriais. Desigualdade de Poder entre Parceiros: Desequilíbrio nas contribuições e nos benefícios recebidos pelas partes envolvidas. Comunicação Ineficiente entre Entidades: Problemas de comunicação que afetam a eficácia da cooperação.
 Oportunidades Apoio a Projetos de Cooperação Internacional: Financiamento disponível para projetos que promovem parcerias globais. Criação de Redes de Conhecimento e Inovação: Potencial para criar clusters de inovação através de parcerias estratégicas. Possibilidade de Expansão para Novos Mercados: Acesso facilitado a novos mercados através de parcerias com empresas e instituições internacionais.	 Ameaças Mudanças nas Políticas Públicas: Alterações legislativas que podem limitar ou dificultar a colaboração entre setores. Falta de Compromisso de Parceiros: Dificuldades em manter o envolvimento ativo e contínuo dos parceiros ao longo do tempo. Concorrência entre Parcerias: Conflitos de interesses que podem surgir entre diferentes grupos e organizações.

➤ **Eixo 4 – Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social;**

O eixo da Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social tem como base a combinação dos pilares essenciais para o desenvolvimento de soluções, que beneficiem a sociedade, de forma equilibrada e duradoura. Cada um desses conceitos desempenha um papel crucial na criação de um futuro mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável, a saber:

- a) Inovação:** Refere-se ao processo de criação de novas ideias, métodos ou tecnologias que tragam valor para a sociedade, em diversos setores, como o empresarial, tecnológico, educacional ou social. No contexto de sustentabilidade e transformação social, a inovação pretende encontrar soluções criativas e eficientes para os desafios sociais e ambientais, promovendo melhorias na qualidade de vida e nos sistemas de produção e consumo.
- b) Sustentabilidade:** Envolve o uso responsável dos recursos naturais e a criação de sistemas que permitam atender às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras. No âmbito da inovação e transformação social, a sustentabilidade está centrada em práticas que respeitem o meio ambiente, promovam a equidade social e garantam a viabilidade económica.
- c) Transformação Social:** Refere-se às mudanças profundas e positivas nas estruturas e nas práticas sociais, culturais e económicas, que resultam numa sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Quando associada à inovação e à sustentabilidade, a transformação social implica promover novas formas de convivência, distribuição de recursos e oportunidades, diminuindo desigualdades e melhorando o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e emprego.

Com efeito, o objetivo é promover um desenvolvimento holístico, onde o progresso tecnológico e económico ocorra em sintonia com a preservação ambiental e a melhoria das condições sociais. A combinação de inovação e sustentabilidade cria oportunidades para gerar soluções, que são ao mesmo tempo lucrativas, eficientes e responsáveis.

Paralelamente, a inovação deve estar orientada para a transformação social, garantindo que os benefícios do progresso granjeiem todas as camadas da sociedade, combatendo desigualdades e melhorando a qualidade de vida, em termos de justiça social, económica e ambiental.

A conjugação da Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social está a tornar-se cada vez mais importante em decisões empresariais e políticas públicas, pois a responsabilidade social e ambiental já não é uma opção, mas sim uma necessidade para garantir um futuro próspero e viável para todos.

Forças

Foco na Sustentabilidade e Economia

Circular: Iniciativas inovadoras focadas na sustentabilidade ambiental e na economia circular.

Tecnologias Emergentes ao Serviço

Social: Uso crescente de tecnologias como inteligência artificial para resolver problemas sociais.

Capacidade de Inovação Social:

Iniciativas pioneiras que promovem mudanças sociais através de novas abordagens.

Fraquezas

Acesso Limitado a Tecnologias

Avançadas: Dificuldade em aceder a novas tecnologias, especialmente para as organizações menores.

Resistência à Mudança: Barreiras culturais e organizacionais que dificultam a implementação de inovações

Falta de Formação em Sustentabilidade:

Deficiência na formação e sensibilização sobre práticas sustentáveis.

Oportunidades

Crescimento da Procura por Soluções

Sustentáveis: Aumento da procura por produtos e serviços que promovem a sustentabilidade.

Financiamento para Inovação Verde:

Existência de apoios específicos para projetos de inovação sustentável.

Apoio de Políticas Públicas Verdes:

Incentivos governamentais para a adoção de práticas sustentáveis.

Ameaças

Mudanças Climáticas e Desastres

Ambientais: Riscos ambientais que afetam a viabilidade de projetos.

Pressões Regulamentares Rígidas:

Legislação restritiva que pode aumentar os custos de conformidade para as organizações.

Concorrência com Tecnologias

Tradicionais: Resistência do mercado e preferência por soluções convencionais.

5. Eixo 1 – Fortalecimento Social e Comunitário

➤ **Ação nº 1** – Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior

Descrição da Atividade	• Prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior, por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves.
Objetivos	• Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer; • Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural.
Destinatários	• Alunos do Ensino Superior
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal
Indicadores de Execução	• Nº de candidaturas apresentadas • Nº de bolsas atribuídas
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos

➤ **Ação nº 2 – GAE, Gabinete de Apoio ao Emprego**

Descrição da Atividade	• Apoiar desempregados no seu percurso de inserção no mercado de emprego, através da divulgação de medidas e ofertas de emprego, encaminhamento para formação profissional e empreendedorismo; • Desenvolvimento de competências de empregabilidade e mobilidade no espaço europeu.
Objetivos	• Criação de um espaço físico de acolhimento ao desempregado, apoiando a procura ativa de emprego através do tratamento de ofertas e procura bem como o seu encaminhamento; • Divulgação e informação sobre medidas de emprego e formação; • Divulgação de medidas de mobilidade no emprego.
Destinatários	• Jovens e adultos desempregados, num total de 100/ano
Meta	• Durante o ano de 2025, será criado este GAE e estará em pleno funcionamento; • Em cada ano de duração do projeto, devemos ser capazes de inserir cerca de 5% dos destinatários deste GAE, em instituições localizadas no território do concelho de Chaves.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número de ofertas de emprego; • Número de destinatários inseridos em instituições locais.
Fontes de Verificação	• Evidências fotográficas do GAE; • Base de dados de participantes e ofertas obtidas

➤ **Ação nº 3 – Apoiar e Capacitar o Desempregado na Procura Ativa de Emprego**

Descrição da Atividade	• Desenvolver ações de capacitação e desenvolvimento de atitudes de procura ativa de emprego, favorecendo processos de integração profissional, social e pessoal.
Objetivos	• Capacitar e apoiar os desempregados na procura de emprego, através de ensino de pesquisa de ofertas on-line, elaboração de curriculum vitae, cartas de apresentação, e recolha de documentos; • Preparação para entrevistas de trabalho (rol play e simulações); • Ajustamento e encaminhamento das ofertas disponíveis ao perfil dos candidatos.
Destinatários	• Pessoas desempregadas, desempregados de longa duração e jovens à procura do 1º emprego, num total de 50/ano.
Meta	• Entre o ano de 2025 e 2028, através de ações diárias, iremos promover a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de 200 pessoas em situação de desemprego.
Indicadores de Execução	• Número de desempregados participantes; • Número de entrevistas, atendimentos e encaminhamentos realizados; • Número de ações realizadas.
Fontes de Verificação	• Fichas de inscrição; • Informações e diagnósticos realizados.

➤ **Ação nº 4 – Plataforma Digital do Emprego**

Descrição da Atividade	• Criar uma plataforma digital com informação, em tempo real, sobre ofertas de emprego, competências e formação.
Objetivos	• Proporcionar um serviço on-line em que será possível conhecer, em tempo real, as necessidades do mercado de emprego; • Melhorar a eficiência da correspondência de emprego e o desenvolvimento de competências a nível local; • Favorecer o processo de decisão na procura de formação.
Destinatários	• População empregada, desempregada e jovens, num total de 250/ano.
Meta	• Até final do ano de 2025, iremos lançar a plataforma do emprego; • Durante os anos de 2025 a 2028, serão promovidos 8 workshops presenciais e on-line junto da população beneficiária; • Aumento das condições de empregabilidade de 50% dos participantes.
Indicadores de Execução	• Lançamento da plataforma digital do emprego; • Número de beneficiários; • Número Workshops realizados; • Aumento das condições de empregabilidade: procura ativa de emprego, candidatura, envolvimento em atividades de qualificação;
Fontes de Verificação	• Número de utilizadores da plataforma; • Número de participantes em ações de qualificação profissional; • Evidências fotográficas dos workshops realizados.

➤ **Ação nº 5** – Sensibilização e Participação de empresários, instituições locais e entidades empregadoras locais para medidas de emprego inclusivas

Descrição da Atividade	• Sensibilizar os empresários, instituições locais, e entidades empregadoras locais, para a importância de conhecerem e adotarem medidas ativas de emprego e de inserção profissional, para grupos especialmente vulneráveis (Cuidador informal, LGBTQIA*, migrantes, deficientes e outra população vítima de discriminação).
Objetivos	• Promover reuniões junto de empresários e empregadores no sentido de se realizar um diagnóstico de necessidades de emprego; • Promover uma base de dados que permita o cruzamento entre as necessidades dos empregadores e o perfil dos candidatos.
Destinatários	• Empresários, instituições e entidades empregadoras locais; • Grupos especialmente vulneráveis
Meta	• Entre o ano de 2026 e 2027, iremos promover 6 ações/ano, de informação e sensibilização, para a criação de vagas de emprego mais inclusivas; • Estabelecer parcerias.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número de parcerias estabelecidas.
Fontes de Verificação	• Número de atividades realizadas; • Acordos de parceria.

➤ **Ação nº 6 – Trabalho Digno para todos**

Descrição da Atividade	• Promover a integração de pessoas migrantes no mercado de trabalho.
Objetivos	• Desenvolver competências de empregabilidade em língua portuguesa, através do ensino da língua e técnicas de emprego; • Promover reuniões entre os candidatos e entidades empregadoras locais.
Destinatários	• Pessoas migrantes à procura de emprego, num total de 20/ano.
Meta	• Durante o período de execução do programa, deveremos apoiar o processo de integração social e profissional das pessoas migrantes, num total de 80, através de ações de ensino e formação.
Indicadores de Execução	• Número de participantes nas ações de formação e ensino; • Número de reuniões realizadas.
Fontes de Verificação	• Fichas de inscrição.

➤ **Ação nº 7 – Inovar e Ganhar**

Descrição da Atividade	• Desenvolver atividades para jovens e pessoas em idade ativa, nomeadamente ações vocacionadas para a inovação social e o empreendedorismo social.
Objetivos	• Desenvolver competências de gestão para implementação de projetos de inovação social; • Dotar os candidatos de capacidade de planificação e intervenção nos projetos; • Visitar empresas.
Destinatários	• Jovens e pessoas em idade ativa, num total de 50/ano.
Meta	• Durante o ano de 2025 e 2026, os participantes serão capazes de demonstrar capacidades analíticas e práticas no domínio da planificação e intervenção em projetos de inovação e empreendedorismo social, num total de 100.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número de projetos apresentados; • Realização da visita de estudo a empresas.
Fontes de Verificação	• Fichas de inscrição; • Inquérito de satisfação; • Evidências fotográficas da visita.

➤ **Ação nº 8 – Apoio ao Empreendedorismo nas Escolas**

Descrição da Atividade	• Promover ações que estimulem a criatividade e as capacidades empreendedoras do aluno do ensino secundário, numa primeira abordagem empresarial.
Objetivos	• Realização de workshops que promovam o desenvolvimento de ideias e da criatividade destes jovens na promoção e implementação de projetos de empreendedorismo e autoemprego.
Destinatários	• Jovens do ensino secundário, num total de 250/ano.
Meta	• Durante os anos de 2025 e 2026, serão realizados 8 workshops, sob a temática do empreendedorismo e criação de autoemprego, num total de 500.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número Workshops realizados
Fontes de Verificação	• Evidências fotográficas dos workshops realizados.

6. Eixo 2 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico-Social

➤ Ação nº 1 – Acompanhamento e Apoio Logístico à CPCJ

Descrição da Atividade	• Colaborar na intervenção e sinalização das situações em que jovens e crianças necessitem de apoio.
Objetivos	• Promover os direitos das crianças e dos jovens; • Prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das crianças e dos jovens; • Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.
Destinatários	• Crianças e jovens em risco.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das crianças e jovens sinalizados.
Indicadores de Execução	• Número de crianças e jovens em acompanhamento; • Tipo de medidas de carácter interventivo e/ou preventivo; • Atividades realizadas.
Fontes de Verificação	• Relatórios realizados; • Plano de Atividades.

➤ **Ação nº 2 – Centro Comunitário da Várzea**

Descrição da Atividade	• Proporcionar condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação e bem-estar da população.
Objetivos	• Dinamização do espaço para que permita às crianças e jovens exercitar novas dinâmicas de conhecimento; • Apelar à importância da adaptação de comportamentos facilitadores da prática de uma vida saudável; • Inverter a tendência do absentismo e abandono do percurso escolar.
Destinatários	• Comunidade em geral, com especial ênfase nas crianças e jovens do Bairro da Várzea.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, obter uma avaliação mínima de Bom sobre o Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Indicadores de Execução	• Número de crianças e jovens a frequentar o Centro; • Número de crianças e jovens em frequência escolar; • Atividades realizadas.
Fontes de Verificação	• Relatórios realizados; • Plano de Atividades; • Questionário de satisfação.

➤ **Ação nº 3 – Programa de Incentivo à Natalidade**

Descrição da Atividade	• Programa de atribuição de subsídio de incentivo à natalidade.
Objetivos	• Apoiar e promover a natalidade no concelho; • fixação da população, fazendo frente ao envelhecimento demográfico; • Proporcionar apoio financeiro direto às famílias, contribuindo para o aumento da estabilidade socioeconómica e qualidade de vida dos agregados; • Dinamizar a economia e o comércio local; • Garantir a execução de uma política social sustentável e responsável.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal, consoante dotação financeira anual prevista.
Indicadores de Execução	• Número de candidaturas • Número de beneficiários
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 4 – Núcleo Garantia para a infância**

Descrição da Atividade	•Reforçar a prevenção e combate à pobreza e exclusão social das crianças e jovens; •Contribuir para o desenvolvimento integral das crianças ao nível socioeducativo.
Objetivos	•Realização de um diagnóstico social local da pobreza infantil, designadamente no âmbito do acesso das crianças e jovens a serviços essenciais como respostas de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, alimentação saudável, cuidados de saúde e habitação digna; •Propostas de ação aos problemas identificados; •Garantir um acompanhamento social integrado de proximidade
Destinatários	•Crianças, jovens e famílias.
Meta	•Durante o período de vigência do Plano de Ação, criar a equipa multidisciplinar.
Indicadores de Execução	•Número de reuniões. •Número de beneficiário
Fontes de Verificação	•Documentação diversa.

➤ **Ação nº 5 – Gestor para a Infância**

Descrição da Atividade	• Criação da figura de Gestor para a Infância, que será responsável pelo acompanhamento individualizado de crianças e jovens em risco de pobreza ou exclusão social.
Objetivos	• Prevenir e combater a exclusão social garantido a crianças e jovens, o acesso a um conjunto de serviços essenciais, com acompanhamento individualizado.
Destinatários	• Crianças e jovens em risco de pobreza infantil ou exclusão social, num total de 50/ano.
Meta	• Durante a vigência do projeto, devemos garantir, através do Gestor para a infância, uma intervenção integrada numa atuação de proximidade, concertada através da constituição do NLGPI.
Indicadores de Execução	• Gestor para a Infância.
Fontes de Verificação	• Ata do CLAS; • Fichas de atendimento individualizado.

NOTA: Em articulação com o Conselho Local de Ação Social (CLAS), será criado e implantado o Núcleo Local da Garantia para a Infância.

➤ **Ação nº 6 – Apoiar Crianças e Jovens em Abandono Escolar**

Descrição da Atividade	• Diagnosticar, acompanhar e encaminhar alunos que abandonam o sistema educativo, com especial incidência nas crianças e jovens institucionalizados ou em situação familiar precária.
Objetivos	• Elaborar um diagnóstico social sobre esta temática específica; • Delinear planos individualizados para o aluno em situação de abandono escolar, garantindo o acesso a serviços de qualidade, promotores de sucesso escolar e profissional.
Destinatários	• Crianças e Jovens em situação de abandono escolar e institucionalizadas, num total de 10/ano e, crianças pertencentes a agregados familiares precários, num total de 15/ano.
Meta	• Durante os 48 meses de vigência do Projeto, teremos contribuído para potencializar as competências escolares e profissionais, através da realização de um diagnóstico e consequente plano de intervenção.
Indicadores de Execução	• Número de alunos apoiados ou encaminhados.
Fontes de Verificação	• Diagnóstico realizado; • Registo de presenças em sessões de apoio; • Fichas de caracterização individual.

➤ **Ação nº 7 – Hábitos Saudáveis para Crianças, Jovens e suas Famílias**

Descrição da Atividade	• Realização de workshops e sessões sobre hábitos de vida saudável.
Objetivos	• Promoção de estilos de vida saudável através da implementação de ações que contribuam para um potencializar conhecimentos acerca de alimentação saudável, cuidados de higiene, bem-estar físico e emocional.
Destinatários	• Crianças e jovens das escolas do concelho de chaves.
Meta	• Em 2025 e 2026, pretendemos realizar 2 sessões/workshops sobre a temática “Hábitos de vida saudável”; • Publicação de 1 livro infantil.
Indicadores de Execução	• Número de sessões realizadas; • Número de participantes; • Publicação de 1 livro infantil.
Fontes de Verificação	• Registo fotográfico; • Livro publicado.

➤ **Ação nº 8 – Oficina do Bullying**

Descrição da Atividade	•Dinamizar a Oficina do Bullying através da prestação de informação e debate sobre mitos e aprendizagens sobre a temática.
Objetivos	•Promover competências pessoais, emocionais e sociais; •Esclarecer e descrever a diferença entre bullying e outras formas de violência.
Destinatários	•Crianças, jovens e famílias do concelho de Chaves.
Meta	•Durante o ano de 2026, serão realizadas 3 oficinas sobre a temática do bullying.
Indicadores de Execução	•Número de oficinas realizadas; •Número de participantes.
Fontes de Verificação	•Registo fotográfico; •Fichas de inscrição.

➤ **Ação nº 9 – Celebração do Dia Mundial da Criança**

Descrição da Atividade	• Celebração do Dia Mundial da Criança, com alunos do pré-escolar e 1º ciclo, das escolas do concelho de Chaves.
Objetivos	• Realizar um conjunto de atividades que privilegiam o ambiente recreativo e o convívio (atividades lúdicas, pinturas faciais, insufláveis, lanches e transportes).
Destinatários	• Alunos do pré-escolar e 1º ciclo das escolas do concelho. Total previsto de 2000 alunos e pessoal docente.
Meta	• Durante o período de vigência do projeto, no mês de junho, será celebrado dia mundial da criança, com a participação dos alunos e pessoal docente.
Indicadores de Execução	• Realização de 1 evento/ano (com a duração de 3 dias por evento), num total de 4 eventos ao longo do projeto.
Fontes de Verificação	• Registo fotográfico; • Número de participantes.

➤ **Ação nº 10 – Férias Letivas+**

Descrição da Atividade	• Férias letivas para crianças e jovens até aos 15 anos.
Objetivos	• Proporcionar a crianças e jovens um conjunto de atividades lúdicas e pedagógicas garantindo diversão e tranquilidade dos pais.
Destinatários	• Crianças e jovens residentes no bairro Social da Várzea, num total previsto de 50/ano.
Meta	• Durante o período de vigência do projeto, no período de férias escolares, iremos realizar sessões desportivas, visitas de estudo, cinema, teatro, artes visuais e de expressão plástica e outras de âmbito pedagógico, no Centro de Convívio da Várzea.
Indicadores de Execução	• Número de ações desenvolvidas; • Número de participantes.
Fontes de Verificação	• Fichas de presença; • Registo fotográfico.

➤ **Ação nº 11 – Password**

Descrição da Atividade	• Lançar um projeto pedagógico de educação para as redes sociais.
Objetivos	• Promover o uso consciente das redes sociais; • Alertar para os perigos das redes sociais.
Destinatários	• Comunidade escolar do ensino secundário.
Meta	• Durante o ano de 2026 será realizado um projeto pedagógico em modelo performance.
Indicadores de Execução	• Número de participantes.
Fontes de Verificação	• Registo fotográfico.

7. Eixo 3 – Promoção da Cooperação e Construção de Parcerias Estratégicas

➤ **Ação nº 1** – Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas do Concelho de Chaves

Descrição da Atividade	• Melhorar a qualidade de vida dos idosos do concelho de Chaves, através da articulação, informação e promoção dos direitos e proteção das pessoas idosas de forma a garantir o seu bem-estar e dignidade.
Objetivos	• Promover os direitos das pessoas idosas; • Garantir o seu bem-estar e dignidade; • Prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança e a saúde
Destinatários	• População idosa com problemas de isolamento, abandono, solidão e maus-tratos.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas idosas sinalizadas.
Indicadores de Execução	• Número de idosos em acompanhamento; • Intervenções
Fontes de Verificação	• Relatórios realizados;

➤ **Ação nº 2** – Apoio às IPSS na criação de respostas sociais, Lares, Centros de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário

Descrição da Atividade	• Apoio às IPSS na criação de respostas, projetos e candidaturas de apoio social à população idosa
Objetivos	• Prevenir situações de isolamento e abandono familiar
Destinatários	• População idosa
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar as IPSS que preencham os requisitos necessários à criação das respostas
Indicadores de Execução	• Número de respostas, projetos e candidaturas submetidas • Número de respostas, projetos e candidaturas apoiadas
Fontes de Verificação	• Requerimentos submetidas • Despachos

➤ **Ação nº 3 – Ateliers P’ra Vida**

Descrição da Atividade	• Promover atividades ocupacionais, potenciando o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, empenhados em viver e em partilhar saberes e aprendizagens
Objetivos	• Promover as capacidades funcionais, físicas e cognitivas dos utentes deste espaço; • Reforçar o convívio e os laços sociais.
Destinatários	• População idosa
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar as IPSS que preencham os requisitos necessários à criação das respostas.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número de atividades realizadas.
Fontes de Verificação	• Fichas de inscrição; • Inquérito de satisfação; • Evidências fotográficas.

➤ **Ação nº 4 – Gestor 60+**

Descrição da Atividade	• Criar a figura do Gestor 60+, com o objetivo de que este técnico possa promover um acompanhamento individualizado dos idosos, assegurando necessidades básicas e melhorias na qualidade de vida dos mesmos.
Objetivos	• Garantir às pessoas com mais de 60 anos o acompanhamento por um técnico qualificado que fará uma intervenção de diagnóstico de necessidades e planos individuais de intervenção social.
Destinatários	• Idosos com mais de 60 anos, num total de 50/ano.
Meta	• Durante o período de vigência da candidatura, devemos garantir, através do Gestor 60+, um apoio individualizado aos idosos; • Possibilidade de idosos sem retaguarda familiar colocarem o Gestor 60+ como contacto de emergência.
Indicadores de Execução	• Número de diagnósticos e planos de acompanhamento feito aos idosos.
Fontes de Verificação	• Diagnósticos e plano de intervenção.

➤ **Ação nº 5 – Fórum do Envelhecimento**

Descrição da Atividade	• Criação do Fórum do Envelhecimento e deficiência, que funcionará como plataforma para a ativação das redes de vizinhança e institucionais no combate aos problemas que afetam estes grupos em especial.
Objetivos	• Criação do Fórum do Envelhecimento e de núcleos denominados de “Conselho de Vizinhos” em que estes destinatários serão chamados a participar na definição de estratégias e soluções mais adequadas às diversas problemáticas.
Destinatários	• Idosos e população com incapacidade e /ou deficiência.
Meta	• Durante o ano de 2025, será criado, em sede de CLAS, o Fórum e serão propostos os Núcleos.
Indicadores de Execução	• Criação do Fórum do envelhecimento e os Núcleos de Conselho de Vizinhos.
Fontes de Verificação	• Atas de reuniões.

➤ **Ação nº 6 – Espaço de Inovação**

Descrição da Atividade	• Criar um espaço onde os idosos poderão partilhar ideias e desenvolver competências no âmbito das TIC e do empreendedorismo social.
Objetivos	• Pretende-se criar um espaço em que as pessoas poderão desenvolver as suas competências ao nível das Tecnologias de informação e comunicação e no âmbito do empreendedorismo social sénior.
Destinatários	• Idosos, num total de 30/ano.
Meta	• Durante o período de vigência do projeto, iremos promover o envelhecimento ativo a autonomia da pessoa idosa, melhorando as competências individuais e de relacionamento comunitário.
Indicadores de Execução	• Número de participantes.
Fontes de Verificação	• Fichas de presença.

➤ **Ação nº 7 – Celebração do Dia do Idoso**

Descrição da Atividade	• Celebrar o Dia do Idoso, num evento com almoço e animação com a participação de toda a população sénior do concelho.
Objetivos	• Promover o envelhecimento ativo e participativo; • Promover a cidadania.
Destinatários	• Idosos das freguesias do Concelho de Chaves; • Prevemos a participação de 2500 pessoas.
Meta	• Durante o período de vigência do projeto, será celebrado o Dia do Idoso, 1/ano.
Indicadores de Execução	• Celebração do Dia do Idoso.
Fontes de Verificação	• Número de participantes; • Registo fotográfico

➤ **Ação nº 8 – Dinamizar Projetos de Voluntariado Sénior**

Descrição da Atividade	• Apoiar projetos e ações promovidas por voluntários, e orientadas para a população idosa.
Objetivos	• Dinamizar projetos de voluntariado, que combatam em particular o isolamento social, e promovam a partilha intergeracional.
Destinatários	• Idosos e restante comunidade.
Meta	• Durante o ano de 2027, teremos envolvidas neste projeto, pessoas e/ou instituições da comunidade, num total de 25.
Indicadores de Execução	• Número de projetos/ações propostas e desenvolvidas.
Fontes de Verificação	• Projetos apresentados.

➤ **Ação nº 9** – Ações socioculturais de promoção do envelhecimento ativo

Descrição da Atividade	• Realizar ações socioculturais que promovam o envelhecimento ativo e autonomia da pessoa idosa.
Objetivos	• Promover a cidadania ativa, promovendo o convívio intergeracional no combate ao isolamento social; • Intensificar o trabalho em rede para apoiar o envelhecimento ativo e saudável.
Destinatários	• Idosos, num total de 100/ano.
Meta	• Realização de 6 ações/ano, de informação sobre prevenção de comportamentos de risco, estimulação cognitiva, clubes do riso, entre outras; • Envolver a Universidade Sénior e outras IPSS
Indicadores de Execução	• Número de participantes nas ações desenvolvidas; • Número de entidades e parcerias envolvida
Fontes de Verificação	• Registo de presenças; • Registo fotográfico.

➤ **Ação nº 10 – Conversas com Memória**

Descrição da Atividade	• Pretende-se criar uma proposta de animação da leitura, oficinas de escrita criativa, leituras de histórias, entre outras atividades, uma forma de recuar no tempo em que os serões das famílias eram passados entre conversas e onde se contavam muitas histórias (lendas, lenga lengas, contos, cantigas, entre outros.)
Objetivos	• Valorizar os seniores (através da partilha das vivências e suas histórias); • Proporcionar uma vida mais harmoniosa, atrativa e dinâmica com a participação e envolvimento dos seniores com as crianças do Primeiro Ciclo; • Enriquecer as crianças através da partilha de histórias, contos e cantigas pelos seniores em cada atividade; • Promover o convívio intergeracional.
Destinatários	• Crianças do 1º Ciclo do Concelho de Chaves
Meta	• Durante o ano de 2026, iremos recolher histórias e memórias de idosos e partilhar com a comunidade através de eventos em escolas e associações locais e através da promoção de 1 exposição de materiais recolhidos e produção de 1 documentário.
Indicadores de Execução	• Realizar 6 eventos de partilha de histórias/memórias; • Realização da Exposição.
Fontes de Verificação	• Material recolhido; • Registo fotográfico.

8. Eixo 4 – Inovação, Sustentabilidade e Transformação Social

➤ Ação nº 1 – Acompanhamento e Apoio ao CLDS 5G, “Compromisso Social”

Descrição da Atividade	•Reforçar as políticas de inclusão social e de combate à pobreza, concentrando as intervenções nos grupos populacionais que evidenciam fragilidades mais significativas e promovendo a mudança tendo em conta os fatores de vulnerabilidade; •Prevenir e combater a exclusão social, particularmente a infantil, quebrando ciclos intergeracionais de pobreza e de exclusão social e garantindo a coesão social e territorial
Objetivos	•Combater o desemprego e a pobreza, particularmente, infantil; •Qualificar as famílias; •Promover a inclusão social em grupos com particular vulnerabilidade social; •Favorecer o envelhecimento ativo; •Capacitar a comunidade e as instituições, contribuindo para uma intervenção ativa em contextos de emergência e cenários de exceção.
Destinatários	•População em geral; •Parceiros Locais.
Meta	•Durante o período de vigência do Plano de Ação, realizar pelo menos 80% das ações propostas.
Indicadores de Execução	•Número de ações realizadas; •Participantes.
Fontes de Verificação	•Relatórios; •Questionários de satisfação.

➤ **Ação nº 2 – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social**

Descrição da Atividade	• Assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como o atendimento em situação de emergência social.
Objetivos	• Informar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação; • Apoiar em situações de vulnerabilidade social; • Prevenir situações de pobreza e exclusão social; • Contribuir para a aquisição e reforço das competências das pessoas e famílias, da autonomia e da rede de suporte familiar e social; • Garantir uma intervenção especializada em função dos problemas e apoiar os projetos de vida dos cidadãos e famílias.
Destinatários	• População em geral.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, atender e acompanhar uma média de 100 pessoas por mês
Indicadores de Execução	• Número de atendimentos • Número de encaminhamentos
Fontes de Verificação	• Relatórios • Documentos diversos

➤ **Ação nº 3** – Acompanhamento e Apoio Programa Operacional de Apoio aos Mais Carentes, POAPMC

Descrição da Atividade	• Diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis.
Objetivos	• Diminuição da carência alimentar de indivíduos e famílias em situação de pobreza
Destinatários	• População em geral.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos.
Indicadores de Execução	• Número de candidaturas • Número de famílias apoiadas
Fontes de Verificação	• Relatórios • Documentos diversos

➤ **Ação nº 4 – Criação do Balcão de Inclusão**

Descrição da Atividade	• Serviço de atendimento especializado sobre a temática da deficiência ou incapacidade; • Melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos, que desta forma, contam com um conjunto integrado de meios para acesso à informação e resolução de questões.
Objetivos	• Melhorar a prestação de informação às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias; • Garantir um atendimento personalizado e qualificado; • Efetuar o correto encaminhamento dos cidadãos na resolução dos seus problemas; • Prestar o apoio necessário ao estabelecimento dos contactos com outros organismos da Administração Pública, na área da deficiência e da reabilitação, com competência para a resolução das situações apresentadas, sempre que se justifique; • Promover a inclusão na sociedade de informação.
Destinatários	• População portadora de deficiência/incapacidade e suas famílias
Meta	• Durante o ano de 2025, criar o Balcão de Inclusão
Indicadores de Execução	• Número de atendimentos • Número de encaminhamentos
Fontes de Verificação	• Relatórios • Documentos diversos

➤ **Ação nº 5 – Acompanhamento e Apoio ao Núcleo Local de Inserção**

Descrição da Atividade	• Promover a inserção dos beneficiários de RSI, como forma de combate à pobreza e à exclusão social, visando o aumento das suas competências pessoais, sociais, educativas e profissionais, através da promoção da inovação na intervenção
Objetivos	• Homologar contratos de inserção; • Promover a autonomia das famílias beneficiárias, através da sua integração laboral, social e comunitária; • Rentabilizar recursos da comunidade local
Destinatários	• Beneficiários(as) de RSI
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, acompanhar 100% das famílias beneficiárias do RSI
Indicadores de Execução	• Número de famílias acompanhadas • Número de reuniões NLI
Fontes de Verificação	• Relatórios • Atas

➤ **Ação nº 6** – Reforçar o Apoio Social e Promover a Igualdade de Género, Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos

Descrição da Atividade	• Atuar a nível da prevenção, através de ações de sensibilização dirigidas à comunidade, enquanto instrumentos essenciais para fomentar novos modelos culturais e sociais que produzam relações saudáveis, entre ambos sexos.
Objetivos	• Sinalizar e encaminhar situações de violência doméstica; • Desmistificação dos estereótipos de género; • Desenvolver comportamentos mais adaptativos na população em geral, com vista à promoção do bem-estar geral;
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, sinalizar e encaminhar 100% das situações
Indicadores de Execução	• Número de ações de sensibilização • Número de sinalizações • Número de encaminhamentos
Fontes de Verificação	• Relatórios • Documentos diversos

➤ **Ação nº 7 – Programa de Habitação Municipal**

Descrição da Atividade	• Atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado.
Objetivos	• Assegurar as condições básicas habitacionais; • Acompanhamento das famílias.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, promover relações de vizinhança, hábitos de vida saudáveis e prevenir comportamentos de risco; • Reapreciação anual dos pedidos formulados.
Indicadores de Execução	• Número de candidaturas • Número de reapreciações anuais • Número de ações promovidas
Fontes de Verificação	• Candidaturas • Documentos diversos

➤ **Ação nº 8 – Programa de Apoio à Renda**

Descrição da Atividade	• Minimizar os impactos conjunturais do mercado de arrendamento através da comparticipação da renda mensal.
Objetivos	• Apoiar as famílias com dificuldades económicas a cumprirem o pagamento das rendas; • Equilíbrio do orçamento familiar de forma a minimizar situações de vulnerabilidade.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal, consoante dotação financeira anual prevista.
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos • Número de agregados apoiados
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 9 – Programa Habitacional com Renda Acessível**

Descrição da Atividade	• Disponibilização de fogos de habitação a rendas acessíveis no concelho.
Objetivos	• Promoção da oferta de arrendamento habitacional a preços inferiores aos de mercado; • Acesso ao alojamento a custos inferiores aos de mercado; • Garantir requisitos mínimos de segurança, salubridade e conforto.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, disponibilizar pelo menos 50% dos fogos previstos.
Indicadores de Execução	• Número de candidaturas • Número de agregados abrangidos
Fontes de Verificação	• Candidaturas • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 10** – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1ºDireito

Descrição da Atividade	• Candidaturas ao programa de apoio ao acesso à habitação 1ºDireito.
Objetivos	• Promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% dos agregados que preencham os requisitos
Indicadores de Execução	• Número de Candidaturas • Número de agregados abrangidos
Fontes de Verificação	• Candidaturas • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 11 – Programa de Melhorias Habitacionais**

Descrição da Atividade	• Participação do orçamento para obras de beneficiação e/ou reabilitação da habitação permanente própria
Objetivos	• Conservação e reparação das habitações com deficientes condições de habitabilidade; • Melhoramento das condições de conforto e mobilidade, a idosos, portadores de doenças crónicas debilitantes ou deficiência; • Combater situações de pobreza e exclusão social.
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal, consoante dotação financeira anual prevista.
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos • Número de agregados apoiados
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 12** – Requalificação do Bairro Social Casas dos Montes e do Bairro Social dos Fortes

Descrição da Atividade	• A requalificação das habitações sociais nos Bairros Sociais, pretende dar resposta a alguns problemas funcionais e infraestruturais relevantes que perturbam o bem-estar no quotidiano dos residentes.
Objetivos	• Melhoria da eficiência energética nas habitações sociais; • Reabilitar as habitações sociais com vista a garantir boas condições de utilização, funcionalidade, segurança e salubridade.
Destinatários	• População residente em habitação social no Bairro Casas dos Montes e dos Fortes
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, executar a divulgação da informação junto dos inquilinos; • Realizar de forma eficaz o realojamento durante a execução das obras de reabilitação; • Cumprimento dos prazos de execução das obras previstas.
Indicadores de Execução	• Número de agregados realojados • Número de habitações sociais reabilitadas
Fontes de Verificação	• Relatórios • Despachos • Documentos diversos

➤ **Ação nº 13 – Cartão Municipal de Famílias Numerosas**

Descrição da Atividade	• Apoiar famílias e promover os direitos das famílias com três ou mais filhos
Objetivos	• Promover o acesso a sectores variados da vida social, como a educação, formação, lazer e mobilidade; • Melhoria das condições de vida das famílias numerosas.
Destinatários	• Famílias com três ou mais filhos
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% dos agregados que preencham os requisitos do Regulamento Municipal
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos • Número cartões atribuídos • Número de cartões renovados
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos

➤ **Ação nº 14 – Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência**

Descrição da Atividade	• Promover a qualidade de vida do cidadão portador de deficiência ou incapacidade, promovendo a sua inclusão social.
Objetivos	• Promover o acesso a sectores variados da vida social, como a educação, formação, lazer e mobilidade; • Melhoria das condições de vida as pessoas com deficiência ou incapacidade
Destinatários	• População com deficiência ou incapacidade
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos • Número cartões atribuídos • Número de cartões renovados
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos

➤ **Ação nº 15 – Programa Abem “Rede Solidária do Medicamento”**

Descrição da Atividade	• Resposta aos problemas de acesso aos medicamentos, garantindo a compra dos medicamentos comparticipados que lhes são prescritos.
Objetivos	• Garantir a cidadãos em situação de comprovada carência económica o acesso a medicamentos prescritos
Destinatários	• População em geral
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos • Número cartões atribuídos • Número de cartões renovados
Fontes de Verificação	• Requerimentos • Despachos

➤ **Ação nº 16 – Tratamentos Terapêuticos nas Termas de Chaves**

Descrição da Atividade	• Participação nos tratamentos termais.
Objetivos	• Garantir o acesso aos tratamentos terapêuticos termais prescritos pelo SNS.
Destinatários	• População em geral.
Meta	• Durante o período de vigência do Plano de Ação, apoiar 100% das pessoas que preencham os requisitos do Regulamento Municipal.
Indicadores de Execução	• Número de requerimentos; • Número de beneficiários.
Fontes de Verificação	• Requerimentos; • Despachos.

➤ **Ação nº 17 – Promover a igualdade e as oportunidades**

Descrição da Atividade	• Pretende-se realizar atividades dirigidas a grupos vulneráveis, que contribuam para a reflexão e o debate sobre as diversas temáticas da igualdade, direitos e deveres de cidadania.
Objetivos	• Promover atitudes que favoreçam a igualdade de oportunidades em cidadãos com vulnerabilidade social, através da dinamização de focus group; • Criar a figura de Gestor de caso.
Destinatários	• Grupos vulneráveis.
Meta	• Durante o ano de 2025 será realizado um projeto pedagógico em modelo performance; • Durante o ano de 2027 e 2028, iremos integrar cidadãos de contextos de exclusão social, em grupos de informação e reflexão (focus group), num total de 5/ano, com um mínimo de 10 participantes.
Indicadores de Execução	• Número de participantes; • Número de focus group realizados.
Fontes de Verificação	• Fichas de participação; • Registo fotográfico.

➤ **Ação nº 18** – Ações Educativas para Territórios Afetados por Calamidades e/ou Capacitação e Desenvolvimento Comunitário

Descrição da Atividade	• Ações educativas que promovam a participação da população na gestão de riscos e desastres e em situações de emergência social.
Objetivos	• Promover em ambiente informal, ações de informação vocacionadas para a prevenção e gestão de riscos que promovam a troca de saberes e experiências em contextos de calamidade ou emergência social.
Destinatários	• População em geral.
Meta	• Durante o ano de 2026 e 2027, devemos aumentar o grau de literacia sobre a temática através de 3 ações/ano.
Indicadores de Execução	• Número de ações realizadas.
Fontes de Verificação	• Fichas de presença; • Registo fotográfico.

➤ **Ação nº 19 – Apoio ao Associativismo**

Descrição da Atividade	• Promoção do associativismo como veículo de uma cidadania plena.
Objetivos	• Elaborar um diagnóstico de necessidades; • Promover a participação de cidadãos através do impulsionamento à criação de associações; • Diagnóstico de necessidades.
Destinatários	• População migrante e cidadãos em situação de exclusão social.
Meta	• Durante o ano de 2025, envolver, pelo menos, 2 grupos de 6 agregados migrantes ou pessoas em situação de exclusão, na criação de associações/movimentos associativos.
Indicadores de Execução	• Criação de, pelo menos, 1 movimento associativo.
Fontes de Verificação	• Documentação diversa.

➤ **Ação nº 20 – Educação Social e Gestão de Conflitos**

Descrição da Atividade	• Ações dirigidas a agregados familiares com baixos rendimentos, com crianças, com o propósito de promover sessões de educação social e mediação de conflitos familiares.
Objetivos	• Criar grupos de apoio com vista ao desenvolvimento de competências sociais e familiares em agregados familiares, com crianças e com baixos rendimentos.
Destinatários	• Famílias com baixos rendimentos e com crianças, num total a envolver de 50 participantes.
Meta	• Durante 2028, serão levadas a cabo 4 sessões.
Indicadores de Execução	• Número de participantes por ação; • Número de sessões realizadas.
Fontes de Verificação	• Fichas de presença; • Registo fotográfico.

9. Avaliação

A avaliação deverá acompanhar todo o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, podendo ser entendida como um elemento de aprendizagem e um instrumento fundamental para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das ações.

Os procedimentos de avaliação podem fornecer importantes acerca das orientações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Social, podendo evidenciar a necessidade de fazer reorientações.

É através da avaliação que o C.L.A.S. e seu Núcleo Executivo, que poderemos obter informações para poder construir outros planos, projetos e atividades. É ainda, a avaliação que pode fornecer resposta aos problemas identificados, bem como orientar intervenções.

A avaliação consta de todos os planos aqui sugeridos e podem ser avaliados quer pela temporalidade da sua realização e de impactos que podem variar segundo os seus destinatários.

Desde logo, devem ser considerados os critérios de avaliação inerentes a cada um dos planos. Estes correspondem aos requisitos que se desejam ver cumpridos em planeamento estratégico. Para além dos critérios que são aplicáveis a qualquer plano, a avaliação requer que sejam identificados os elementos de verificação que permitam perceber se foram cumpridos os critérios em cada uma das fases.

10. Conclusão

O presente Plano não é apenas mais um documento formal, mas sim um compromisso ativo e colaborativo entre os parceiros locais para promover o desenvolvimento social estratégico deste território. Este compromisso visa a criação de iniciativas concretas que promovam a inclusão social, garantindo que todos os membros da comunidade tenham acesso a oportunidades iguais, melhores condições de vida e um suporte efetivo para superar desafios sociais e económicos. O plano reflete a vontade coletiva de transformar este território num espaço mais inclusivo e solidário, através de ações concertadas e estratégias inovadoras.

O Plano de Desenvolvimento Social foi concebido com um enfoque realista, estabelecendo objetivos que são efetivamente concretizáveis no contexto local. Para assegurar a relevância e a eficácia das ações, a seleção de projetos será um processo participativo, envolvendo ativamente todos os parceiros. Cada parceiro terá a responsabilidade de definir como poderá contribuir, seja através da disponibilização de recursos, expertise ou apoio direto nas diversas intervenções previstas. Este modelo colaborativo visa otimizar o impacto das iniciativas, garantindo que cada projeto seja executado de forma eficiente e com os recursos necessários para o seu sucesso.

Nesta fase do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), o objetivo principal foi sugerir um conjunto de ações que deverão ser analisadas e aprovadas no âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS). É nesta estrutura que se irão formalizar as parcerias e compromissos necessários para a implementação e concretização das ações propostas. O CLAS terá um papel fundamental na validação e no acompanhamento das intervenções, assegurando que estas são alinhadas com as necessidades locais e que contam com o apoio necessário dos parceiros envolvidos.

O acompanhamento de cada projeto incluirá uma avaliação contínua e detalhada da sua implementação, assim como uma análise dos contributos e resultados alcançados. Este processo de monitorização tem como principal objetivo aprimorar as intervenções em tempo real e garantir que estas produzem o impacto desejado nos seus principais destinatários. Através desta avaliação, pretende-se recolher dados concretos que permitam formular um conjunto de recomendações estratégicas, visando a melhoria contínua das ações desenvolvidas e a maximização dos benefícios para a comunidade.

Por fim, é importante reiterar que a articulação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) com outros planos é essencial para rentabilizar esforços e recursos, garantindo uma abordagem integrada e eficiente. Esta coordenação permite também evitar que as

ações previstas no PDS entrem em contradição ou se sobreponham às estratégias de outros planos em vigor. Além disso, considerando os efeitos esperados de outros planos, o PDS pode identificar e promover complementaridades, assegurando que as transformações resultantes não tenham impactos negativos a nível social, especialmente nas populações mais vulneráveis do concelho de Chaves. Esta abordagem integrada permitirá uma resposta mais coesa e eficaz às necessidades do território.